

## Zaclis, o pioneiro da tomografia computadorizada no Brasil

Guido Arturo Palomba

**N**a terra dos Dácios e do espanhol *optimus princeps* Trajano, hoje Romênia, aos 15 de fevereiro de 1917, em Telenesti, nasceu José Zaclis, filho de Cadas Zaclis e de Hala Zaclis. Nessas majestosas plagas onde miscigenaram-se os valorosos e valentes guerreiros dácios com os não menos valorosos e valentes soldados romanos, passou os verdes anos de sua vida a receber os influxos abençoados da terra, tão rica de vinhas e de flores, que viriam mais tarde a revelar-se na sua inolvidável tempera de homem súpero.

Com 9 anos de idade chegou ao Brasil para encontrar o importante mais não fácil caminho que o conduziria à condição de emérito médico no perímetro hipocrático. Aqui naturalizou-se e estudou o curso secundário, no Colégio Oswaldo Cruz. Em 1937 e 1938, cursou os dois anos da 2.ª Seção do Colégio Universitário anexo à Faculdade de Medicina de São Paulo. No ano seguinte, adentra os umbrais da Casa de Arnaldo, e então, a pouco e pouco, vai alicerçando, com inteligência e denodo, o seu jornada de longo e pioneiro no campo da Neurologia. Colou grau em 1944, e no ano seguinte ingressa na Clínica Neurológica. Lidador incansável, com o brilhantismo de sua inteligência e a força da juventude é, em 1947, contratado para a função de médico neuroradiologista do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, por indicação dos professores Adherbal Pinheiro Machado Tolosa e Raphael Penteado de Barros. José Zaclis foi o primeiro a exercer tal função no meio médico paulista, e o fez com destaque, eficiência e humildade, características essas que sempre travejaram o arcaçoubo da sua natureza de homem de bem.

Quatro anos depois, 1951, veio à luz sua tese de

doutoramento: "As Neurotomias Periféricas no Tratamento das Neuralgias do Trigêmio", obra rara cujo conteúdo avançado alberga necessários e valiosos ensinamentos, ainda que distante de nós quase 40 anos.

A dedicação aos estudos e às ciências levou-o a ser o primeiro assistente de Rolando Angelo Tenuto no Serviço de Neurocirurgia do Hospital das Clínicas, cuja Clínica Neurológica, até 1945, funcionara na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Com o afastamento do prof. Tenuto, por doença, da chefia deste Serviço, Zaclis substituiu-o, com muito brilho, porquanto também era excelente neurocirurgião.

Em 1958 conquistou o grau de docente livre em Clínica Neurológica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, onde criou, em 1974, o curso de pós-graduação em neuroradiologia, formando vários e ilustres discípulos, que já criaram outros discípulos, a perpetuar as idéias do mestre que se foi, cujos ensinamentos e magnos feitos são dignos de ser lembrados para todo o sempre. Entre os que fazem parte desta plêiade, destacam-se os grandes médicos Raul Marino, Nélio Garcia de Barros, Claudio Strut e Pedro Henrique Longo. O último, agora as suas invulgares contribuições científicas, é ainda pai do valeroso jovem médico da Casa de Arnaldo, neuroradiologista, Carlos Henrique Longo. Sente-se, assim, o desdobramento, em três gerações, da força transfundida do mestre, a espelhar o ser e a obra, como luz sempre viva que se não apagará jamais!

José Zaclis teve produções científicas constantes e intensa participação em atividades médicas. Como neurocirurgião e neuroradiologista destacam-se estas: secretário da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia, em 64/66; presidente do Departamento de Neurologia da APM, em 1968; membro fundador e principal aglutinador da

Sociedade Brasileira de Tomografia Computadorizada, tendo sido o seu primeiro presidente, quando organizou o Primeiro Congresso Brasileiro de Tomografia Computadorizada.

Escreveu inúmeros artigos. Uns, clareando pontos da Neurologia que até então permaneciam envoltos nos densos nevoeiros da hipótese; outros, criando técnicas, normas e procedimentos neuroradiológicos e neurocirúrgicos, a engrandecer e a ampliar a arte de Esculápio. Destacam-se os seguintes trabalhos: Cranioplastia com Tântalo, com a colabora-

ção de Carlos Luccia e Roberto Araujo; Diagnóstico Angiográfico dos Hematomas Subdurais, com a colaboração de Rolando Tenuto; Perimetrografia com Ponto-paquete, com a colaboração de Oswaldo Lange, e ainda Pseudo-aneurisma da Arteria Temporal Superficial, Persistência da Anastomose Carótido-Basilar, Neurofibromatose Múltipla com Destruição da Parede Orbitária, Angiografia Vertebrobasilar Retrograda Acidental e muito, muito, muito mais. (As obras completas do professor José Zaclis encontram-se na

que vinha sendo desenvolvida contemporaneamente por Serbinenco, na União Soviética. O trabalho brasileiro consiste, basicamente, na introdução de um tubo, de características especiais, pela carótida cervical (portanto ao craniotomia), visando ao restabelecimento do fluxo arterial, quando da fistula carótido-cavernosa. A técnica serve, ainda, por exemplo, para corrigir aneurismas cerebrais, sem necessidade de clameamento.

Reportava dentro de José Zaclis a extuante vida do pesquisador, do pioneiro, do homem de vanguar-

guesa de Beneficência, da Capital de São Paulo, sendo também o primeiro a difundir entre nós os ensinamentos técnicos e teóricos sobre tal, para a glória dos médicos paulistas e brasileiros. Esse primeiro tomógrafo brasileiro é da marca EMI, firma inglesa que pertencia ao famoso conjunto The Beatles.

A sua incansabilidade intelectual e visão humanística, aliadas ao gênio criador e a experiência, levou-o a posição de destaque entre seus pares, cujos feitos transcendiam a Neurologia e foram fixar-se na irmã xifópaga: a Psiquiatria, com o criar o Instituto de Neuropsiquiatria de São Paulo, em 1970, juntamente com os pranteados doutores Oswaldo Buratini, Luiz Marques de Assis, Rolando Angelo Tenuto, Gil Soares Bairão e Pedro Henrique Longo.

Era casado com Leila Zaclis, exemplo de companheirismo, cujo zelo sem descansos contribuiu para a grandeza plena da vida e da obra do sempre terno professor José Zaclis. Na rua Veneza, 896, onde moravam, sempre recebiam muito bem os amigos. As agradáveis reuniões e as suplimpas feijoadas são inesquecíveis, como é inesquecível o exemplar procedimento que tinham como pais dedicados.

José Zaclis teve um único filho, o psiquiatra Rubens Zaclis, casado com Vera Lucia de Campos Zaclis, pai de Lidia de Campos Zaclis, que talvez será médica, neurologista, neuroradiologista, neurocirurgião ou psiquiatra, a percorrer o largo e brilhante caminho já tão bem pavimentado por sua destacada grei.

José Zaclis faleceu em 20 de outubro de 1983, devido a complicações secundárias à leucemia que o acometera um ano antes. Tombou um robe da Neurologia, mas felizmente deixou muitas sementes bem plantadas, heranças que se multiplicam e multiplicarão, a dar continuidade a essa interminável marcha, em espiral ascendente, da perpetuidade.



José Zaclis em 1958, quando conquistou o grau de livre docente da Casa de Arnaldo

ção de Rolando Tenuto; Distribuição do Contraste em Angiografias Cerebrais, com a colaboração de Mattosinho França e Pedro Henrique Longo; Tromboflebite Intracraniana em Crianças, com a colaboração de Antonio Lefèvre e Maria Irmina Valente; Obstrução das Artérias Caróticas e das Principais Artérias Cerebrais, com a colaboração de Gilberto Almeida e Ricciardi Cruz; Oclusão Bilateral da Arteria Carótica Interna, com a colaboração de Ricciardi Cruz; Compressão Medular por Aneurisma da Aorta Torácica Descen-

Sala Dr. Duílio Crispim Farina. Fazem elas parte do acervo da memória da Medicina Paulista, da APM.)

José Zaclis foi um vitorioso. Láureas não lhe faltaram, vários prêmios recebeu, destacando-se, entre eles, os da Academia Nacional de Medicina (Austregésilo), Enjoras Vampré, da APM, por três vezes, e também a consagração e o reconhecimento da comunidade médica internacional, quando apresentou, no V Congresso Mundial de Cirurgia Neurológica, realizado no Japão, em 1973, a pioneira técnica, neurocirúrgica

da, que não se continha apenas nos limites da nossa pátria. Repetidas vezes foi ao Velho Mundo e aos Estados Unidos se abeberar do que havia de mais evoluído nos campos das ciências objetivas que abraçou, e a sua essência de viajor ávido de conhecimentos o levou a construir obra invejável pela abrangência e profundidade. Depois de inúmeras idas às terras de além-mar, em 1976, consegue instalar, no Brasil, o primeiro Serviço de Tomografia Computadorizada, no Hospital São Joaquim da Real e Benemerita Sociedade Portu-

# A Santa Casa

\* João de Santimburgo

organização política, porém, não chegou ao cerne da intensa fé dos portugueses. Inteligências livrescas, homens de Estado e intelectuais conquistados pelo Iluminismo, esse movimento filosófico que se levantou contra o legado cristão do Ocidente, tentaram, desviar o rumo da vigorosa fé portuguesa, mas malograram. Deus, como que se reserva, em Portugal, para oferecer aos povos o linimento santo de que eles tanto carecem, nos momentos de fraqueza, desânimo e desesperança. O povo português foi, sempre, um modelo de fé, e ainda em nossos dias, nas suas aldeias, no recessos dos casais, nos seus sentimentos profundos, Portugal manifesta o mesmo ardor de seus ancestrais que lutaram contra os infiéis e fizeram da nação a fortaleza da Contra-Reforma. A piedade é um dos sinais do povo português. O preceito evangélico que manda amarmos o próximo como a nós mesmos, entranhou-se tão profundamente em Portugal, que as conquistas portuguesas ostentaram, sempre, essa marca de sua vocação.

Instituição assentada sobre a caridade, ou o amor, que é o próprio Deus, como vem o Evangelho segundo São João, a Misericórdia só poderia nascer em Portugal e de Portugal espalhar-se pelo "mundo que os portugueses criaram". Os pobres e os desvalidos dependiam, então, do poder real, da caridade e da assistência que lhes eram prestadas. Cumprindo rigorosamente o Evangelho e os ensinamentos da Igreja, os reis e os mais quinhoados em bens de fortuna destinavam aos pobres parte, não raro considerável, de doações, com as quais minorariam as suas necessidades. Foi esse dever cristão que levou a rainha D. Leonor a fundar a Santa Casa de Misericórdia de Portugal. A rainha D. Leonor, que frei Jorge de São Paulo chamou "a mais perfeita rainha que nasceu no reino de Portugal (1)", era filha do infante D. Fernando e de Dona Brites, neta materna do primeiro Duque de Bragança. Recebeu numerosas doações, graças às quais veio a possuir elevada fortuna para a época. Enviou em 1495 de D. João II, o

príncipe perfeito, passando a dedicar-se às obras de caridade e a proteger as letras. Um de seus protegidos foi Gil Vicente, que alcançou a posteridade como o maior comediógrafo português. Foi essa rainha que, tocada pela fé, voltou-se para os enfermos e lhes construiu o primeiro hospital inspirado pelo cristianismo, semente de milhares de outros que vieram a ser fundados em terras civilizadas pelos portugueses. Tomou a rainha essa iniciativa, em 1498, concretizando-a em 15 de agosto daquele ano, como vem no preâmbulo do primeiro compromisso da Misericórdia de Lisboa (2).

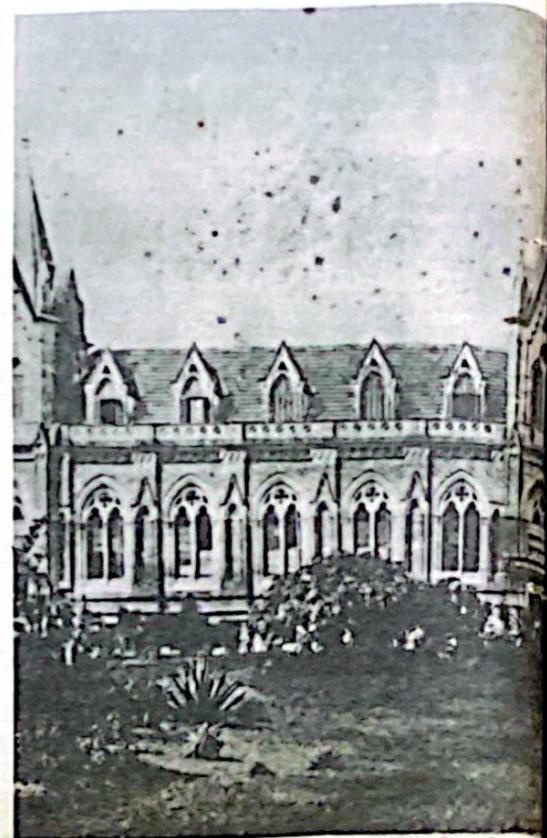
"O Eterno, imenso e todo poderoso Senhor Deus Padre das Misericórdias, começo e fim de toda a bondade, aceitando as preces e rogos de alguns justos e tementes a ele, quis repartir com os pecadores parte da sua misericórdia, e em estes derradeiros dias inspirou nos corações de alguns bons e fiéis cristãos, e lhes deu coração, siso e forças, e caridade, para ordenarem uma Irmandade e Confraria, sob o título e nome e invocação de N. Sra., Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia, pela qual Irmandade fossem e sejam cumpridas todas as obras de misericórdia, espirituais como corporais, quando possível para socorrer as tribulações e misérias que padecem nossos irmãos em Cristo que recebem a água do Santo Baptismo."

"A qual confraria foi instituída no ano de nascimento de N. S. Jesus Cristo em 1498 anos, no mês de agosto, na Sé Catedral desta mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa, por permissão, e consentimento e mandado da ilustríssima e mui católica senhora a Senhora Rainha D. Leonor, mulher do ilustríssimo sereníssimo Rei D. João, o II, que santa glória haja, a qual, ao tempo da instituição da dita confraria e irmandade regia e governava os reinos e senhores de Portugal pelo mui alto e excelente e muito poderoso Senhor El-Rei D. Manuel... — sendo isso mesmo na instituição da dita confraria e irmandade, e dando a ele outorga e autoridade, e

ajuda o Rev. Colégio da dita Sé."

Foram fundadas as Misericórdias sob inspiração religiosa, para serem dirigidas por irmandades, abnegadamente postas a serviço do próximo, pois "foi assim que o compreenderam a excelência Rainha D. Leonor e o venturoso Rei D. Manuel, ao exporem o seu desejo de se fundarem Confrarias da Misericórdia de Lisboa, Porto e nas principais cidades do reino (3)". Daí, constituir um título de honra pertencer às irmandades das Misericórdias em todas as terras lusófonas.

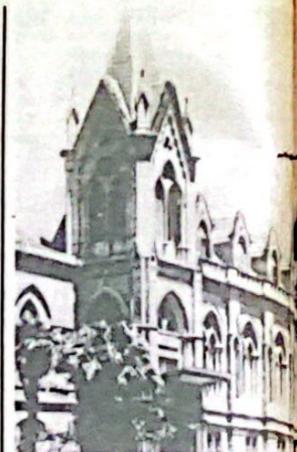
Passaram, estão passando os séculos, sobre a história dessas beneméritas instituições, e a sua organização é, ainda, a mesma do remoto fim do século XV, quando D. Leonor as criou, para amparo e socorro dos aflitos, dos necessitados, dos enfermos, dos sofredores. Os compromissos das Misericórdias foram emendados, retocados, alterados, mas, substancialmente, conservam-se os mesmos. O Compromisso das Misericórdias obrigava os membros de sua Mesa a serem cristãos e a se considerarem integrados no espírito da Irmandade. Quem pertence ou entra para a Misericórdia, impregna-se desse altíssimo dever e age de conformidade com seus requisitos morais. São outros tempos. Quase quinhentos anos nos separam do Compromisso de 15 de agosto de 1498. No século XX, sobretudo, o Estado avocou a segurança social e, por via de consequência, a assistência aos enfermos. Não vamos analisar essa mudança, nas relações sociais e políticas, entre os seres humanos, e com o Estado, nem indagar na ineficiência do poder, a crise em que se debatem as instituições modelares que são as Santas Casas de Misericórdia. O que nos interessa é homenageá-las, fixando-nos, entre todas, na de São Paulo, cujo quarto centenário transcorre neste mês de setembro. Tão logo desembarcaram em São Vicente, entre florestas e índios, cogitaram os enviados da coroa portuguesa de instaurar na terra recém-descoberta as instituições portuguesas, como a Câmara de Vereadores e a Santa Casa de Misericórdia. Lycurgo de Castro Santos



Em fins do século XIX a Santa Casa de Portugal

Filho história a transladação da Santa Casa de Portugal para o Brasil e sua instalação, não raro com enormes dificuldades (4).

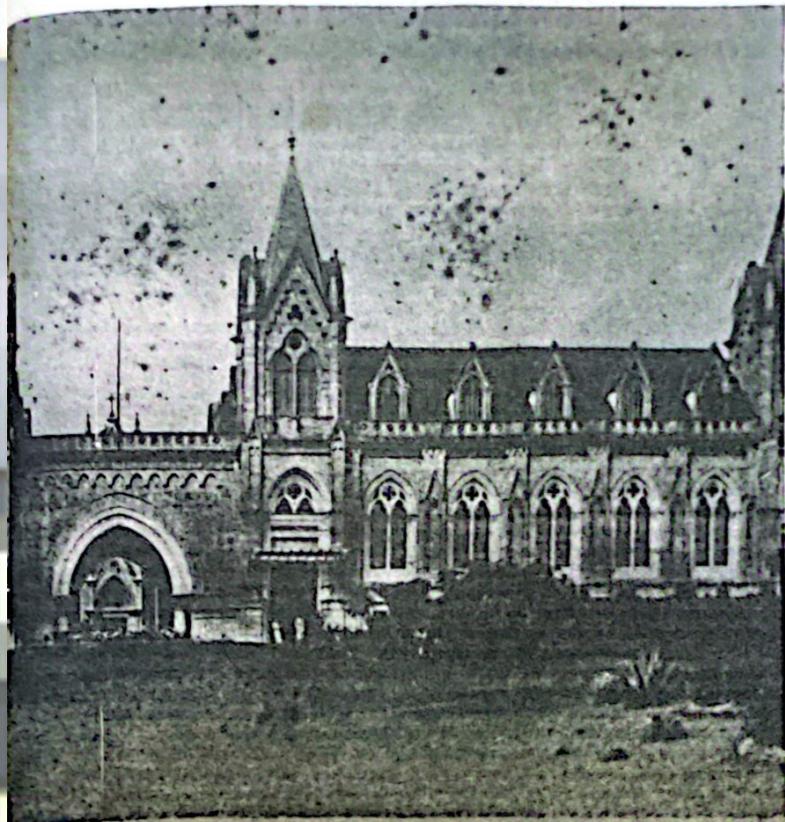
"Estabelecidas no Brasil a partir de meados do século XVI, uma em cada cidade ou vila de categoria, as Irmandades da Misericórdia realizaram, como puderam, as suas "obras espirituais e corporais", e, assim, instalaram hospitais ou "Santas Casas" com hospedaria anexa para naufragos, velhos desamparados, eclesiásticos e personagens importantes em trânsito; fundaram estabelecimentos para a criação e educação de crianças enjeitadas ou abandonadas — as denominadas "Casas de Expostos" e "Rodas" — e para meninas sem pais — os "Recolhimentos de Órfãs" — efetuando, dessa maneira, a única assistência à infância vigorante nos três primeiros séculos; ergueram edifícios para a guarda de jovens transviadas, mulheres adúlteras e prostitutas, num pioneiro ensaio de assistência social, instituíram as instituições portuguesas, como a Câmara de Vereadores e a Santa Casa de Misericórdia. Lycurgo de Castro Santos



Assim como as outras do País, durante a sua existência, a Santa Casa de Portugal, durante a sua existência, demonstrou generosidade, do altruísmo

res, quando as Santas Casas cerravam provisoriamente as portas; mantiveram oficinas para meninos e moços, construíram igrejas; alimentaram os presos das cadeias, pois na época o governo não fornecia o sustento, obrigando os que fossem pobres a esmolar; enterraram os enforcados em terra sagrada e algumas vezes salvaram a vida daqueles condenados cujas cordas se romperam no momento preciso do enforcamento, lançando-lhes por cima a

# de Misericórdia



...foi transferida para o bairro de Santa Cecília, onde ainda se encontra



...estes anos tem dependido da ajuda de milhares de pessoas

dação do imposto da "tumba" ou do "esquite". Mas se sustentaram graças ao amparo, ao auxílio dos particulares e do povo em geral. Desde o século XVI foi hábito comum que portugueses e seus descendentes brasileiros dessem em vidas e deixassem, por morte, às Irmandades de suas cidades e vilas, somas em dinheiro, mantimentos, escravos, terras, fazendas de criação e de cultura, edifícios e donativos outros. Logo depois de fundada, a Misericórdia de Santos viu-se beneficiada com legados em dinheiro e em prédios. Em 1790 a da Bahia era proprietária de oito fazendas. Os aluguéis das casas recebidas em doação foram, em certos tempos, quase que a fonte única de manutenção. Dado o vulto do patrimônio imobiliário de algumas delas, em determinadas ocasiões viram-se as Irmandades envolvidas em tão copiosa quantidade de ações judiciais, decorrentes de inventários, demandas, despejos, que pediram a El-Rei um donativo anual alegando ser muito difícil manter o hospital somente à custa de espórtulas numa localidade onde já havia, vivendo da caridade pública, nada menos do que quatro conventos de religiosos. Irmandades de muitas cidades e

pole de quando em quando dispôs-se a auxiliar as confrarias. Isentou-as de impostos, fintas, taxas e selos. E entre os artigos do Regimento que o governador-geral Roque Barreto trouxe para o Brasil em 1677, um havia que recomendava especial proteção às casas e hospitais da Misericórdia."

"Mas a verdade é que por terríveis dificuldades de ordem financeira passaram as confrarias do Brasil, sem exceção. Oferecendo assistência hospitalar gratuita — atribuição que caberia ao governo e nunca às associações que se mantêm de esmolas — e requerendo essa um forte dispêndio, o que se viu foi imperarem a pobreza e a penúria nas casas e nosocômios por elas mantidos. Faltaram gêneros alimentícios, medicamentos e roupa. Em 1598 a de Olinda suplicou a El-Rei um donativo anual alegando ser muito difícil manter o hospital somente à custa de espórtulas numa localidade onde já havia, vivendo da caridade pública, nada menos do que quatro conventos de religiosos. Irmandades de muitas cidades e

vilas não chegaram a possuir meios para a construção do edifício nosocomial. Outras desapareceram ao cabo de penosa sobrevivência. Ilhéus, a antiga e florescente Ilhéus, a velha sede de uma das capitâncias, em 1800 já não tinha nem hospital e nem confraria. A de Santos deixou praticamente de existir entre 1624 e 1654, quando foi reorganizada. O mesmo sucedeu, em diversos tempos, às de São Paulo, Paraíba e tantas outras."

A piedade dos habitantes do Brasil, graças à herança religiosa de Portugal, veio a ser a mola que impulsionou a criação das Misericórdias no Brasil. Em 1582, Anchieta ajudou a ampliar a do Rio de Janeiro, fundada em 1567 por Mem de Sá (5). Em 1543 teria sido fundada a Misericórdia de Santos, por Brás Cubas, embora Lyrurgo de Castro Santos Filho duvide da exatidão da data. Por falta de elementos comprobatórios, prevalece a tradição, não obstante Ernesto de Souza Campos (6) não tivesse dúvidas que a Misericórdia de Santos tenha sido o primeiro nosocômio do País. Outras Santas Casas foram fundadas em anos diversos, todas obedecendo ao modelo português, ou seja, ao espírito do Compromisso inaugural, com o qual o poder régio dotou a primeira Misericórdia, a de Lisboa. Segundo fontes da própria Santa casa de Misericórdia de São Paulo, sua fundação se deu em 1584. Lyrurgo de Castro Santos Filho não menciona a data, mas se refere a um testamento de Isabel Fernandes, mulher de Henrique Cunha, datado de 5 de outubro de 1599, deixando à Misericórdia a importância de mil-réis (7). Segundo o mesmo historiador, o fundador e grande benfeitor da Santa Casa de São Paulo foi

Isidro Tinoco de Sá. Outros o secundaram no elevado propósito, embora as necessidades tenham sido, sempre, maiores do que as receitas e as doações. Acentua Lyrurgo de Castro Santos Filho que, "apesar dos legados, a Santa Casa manteve-se sempre com dificuldade, sem apoio do governo, que em 1774 chegou a desalojá-la dos seus prédios para neles instalar uma enfermaria destinada aos soldados do regimento de Mexias e Voluntários", aduzindo que "a ocupação perdurava em 1795, não obstante ocupar a provedoria o próprio governador e capitão-general de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça (8)". Está, portanto, a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo completando quatrocentos anos, e cem anos de seu mais antigo edifício hospitalar. Seria impossível calcular o número de doentes, de socorros, de atendimento prestados pela Santa Casa, nesses quatro séculos. Mas nenhuma instituição tanto fez pelo bem do próximo como essa benemérita obra de exemplar prática da caridade e de serviço ao meio onde atua.

Durante muitos anos, a Santa Casa funcionou como hospital de atendimento público no antigo centro histórico de São Paulo, num pequeno largo que conserva até hoje o nome da instituição, o Largo da Misericórdia. Em fins do século XIX, transferiu-se para o bairro de Santa Cecília, onde ainda se encontra, com uma faculdade de medicina e instalações aumentadas, para dar atendimento à massa de enfermos que afluem às suas dependências hospitalares. Administrada segundo o espírito do Compromisso da primeira Misericórdia, a Santa Casa tem contado, nesses quatrocentos anos, com dedi-

cados provedores e mesários, todos constituindo a Irmandade cristã, que se desvela pelo bom funcionamento da tradicional instituição. Através desses quatrocentos anos, a Misericórdia de São Paulo, como outras do País, tem dependido da generosidade, do altruísmo de milhares de pessoas. Bens e dinheiro lhe têm sido destinados, para ajudá-la a manter o seu hospital, cada vez mais procurado, pois cresce a população. Mas os recursos com que conta a instituição são sempre menores do que as suas necessidades. Instituição livre, no sentido de funcionar na dependência da boa vontade da pessoa, a Misericórdia é exemplo do que podem a fé, o amor ao próximo e a dedicação, como regra de vida, oferecer aos que sofrem e precisam de socorro. Instituição cristã, está, no entanto, aberta a todas as confissões, pois o que interessa à caridade é a pessoa, como seu destino eterno, e não esta ou aquela crença. Mas constitui um monumento plurissecular do que foi, através do tempo e das vicissitudes por que todos passamos, o catolicismo posto a serviço do próximo, o irmão em Cristo. A Santa Casa de Misericórdia é instituição particular. Do Estado recebe pagamento por serviços contratados. Subsiste, no entanto, exclusivamente, por suas próprias rendas e pelas doações que freqüentemente são carregadas para o seu patrimônio. Rigorosamente fiel aos Evangelhos, a Santa Casa dá a quem pede e não volta as costas a quem lhe roga alguma coisa, como vem em São Mateus, V, 42. Ao transcorrer o seu IV Centenário, é com júbilo que lhe rendemos a nossa homenagem. Vemo-la como a imagem viva do cristianismo das grandes e belas idades, propagando o amor, no empenho diuturno em se ocupar do próximo. A solidão das instituições se mede não apenas por sua utilidade, mas pelo seu espírito. A Santa Casa de Misericórdia assenta seus alicerces no coração de Cristo. Esse o cimento que lhe dá a resistente duração.

Notas:

- 1 - Dicionário de História de Portugal Ilustrado, Formar, Lisboa, 1962, verbete "D. Leonor".
- 2 - Artur Magalhães Basto, "A inspiração espiritual das Misericórdias", in Actas do IV Congresso das Misericórdias, Lisboa, 1959, I, p. 68 e ss.
- 3 - Id., Ib.
- 4 - Lyrurgo de Castro Santos Filho, História Geral da Medicina Brasileira, Excitec e Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo 1977, p. 240 e ss.
- 5 - Divaldo Gaspar de Freitas, "As Misericórdias no Brasil", In Actas... p. 218 e ss.
- 6 - Ernesto de Souza Campos, A Santa Casa de Misericórdia de Santos, Focal, São Paulo, 1943, passim.
- 7 - Divaldo Gaspar de Freitas, loc. cit.
- 8 - Lyrurgo de Castro Santos Filho, loc. cit.

\* Membro da Academia Paulista de Letras, filósofo, historiador, jornalista e humanista.

# Inconfidência: dois aspectos da verdade histórica

José Joffily

Quando for publicado o trabalho do escritor Márcio Jardim, *Síntese Factual da Inconfidência Mineira*, nenhum estudioso das origens do processo de emancipação nacional poderá prescindir daquela profunda e criteriosa pesquisa sobre os 84 Inconfidentes.

A sociedade mineira no final do século XVIII constituiu um capítulo de grande densidade sociológica pelo seu método científico de análise, a partir do Iluminismo.

Prefiro deixar à margem problemas de datas e me ocupar aqui de dois aspectos históricos, de certa forma correlatos.

A confissão do Alferes e a contribuição do Brasil para a reconstrução de Lisboa. Um correto entendimento de "confissão de culpa" depende logicamente do regime policial-repressivo vigente. Registraram os Autos da Devassa que, durante dez vezes de inquirição Joaquim José da Silva Xavier negou terminantemente qualquer participação em confabulações ou conversas suspeitas. Chegou ao extremo de usar expressões de peremptória indignação, tais como:

- "Nem que eu estivesse bêbado ou louco" ou  
- "Não tenho a menor idéia do motivo da minha prisão".

Entretanto é claro que o aparelho de repressão política estava premido por imperiosa exigência da Metrópole. Deveria a Colônia apresentar, ao cabo de oito anos de investigação - "o verdadeiro

culpado". Parece igualmente claro que o "principal réu confesso" teria de ser escolhido entre desprotegidos de títulos e de cabedais.

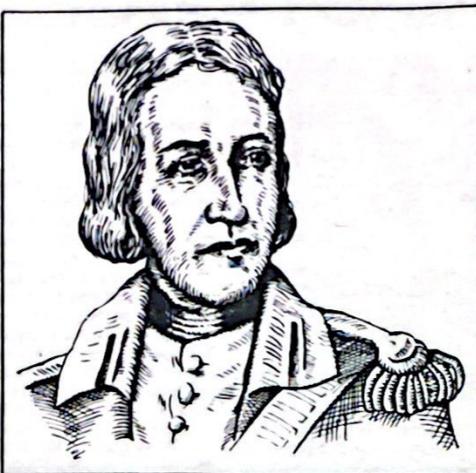
Entre os 84 conspiradores biografados pelo escritor Márcio Jardim consta apenas um menos graduado - socialmente - do que o Alferes, o furiel Manoel Luiz Pereira, personagem sem expressão. Certamente não foi por algum passe de mágica que Pereira, a princípio tão tenaz, terminou cedendo por completo. Parece mais admissível acreditar que na 11.ª "sessão" não figuraram apenas serventários da Justiça, tais como o desembargador Pedro Caetano e os escrivães César Manitti e José Veríssimo. Onde estavam os torturadores de praxe? Pelas Ordenações Filipinas, os suplícios previstos para extorquir confissão de acusados de regicídio eram os seguintes:

- Injetar vinagre ou água fervente nas narinas.  
- Simular afogamento.  
Por que nos dois processos da Conjuração o método mais persuasivo haveria de ser murros nas mesas da Cadeia Velha e da Ilha das Cobras? O problema não é só de imaginação, mas, sobretudo de memória permanente.

Impossível esquecer a função do pau-de-arara, a marca registrada nos IPMs de 64, para ficar somente nos casos mais recentes.

Ingenuidade seria acreditar que se lavra ata de torturas para lutar compêndios escolares. Nem na Idade Média.

Em conclusão: a espontaneidade do derradeiro depoimento de Tiradentes, em 18.1.1790, é, no mínimo, discutível. Talvez tão controverso como o suicídio de



Cláudio Manoel da Costa em 27.7.1789, aliás a hipótese aceita pelo historiador Márcio Jardim, confirmada pela opinião pública da época, opinião naturalmente restrita à Vila Rica. Minas Gerais, com quase 600 mil Km<sup>2</sup>, era um imenso deserto com apenas 320 mil habitantes, segundo Antônio. Um terço desta população vivia em Vila Rica e arredores. Seria hoje comparável com Caratinga, Barbacena ou São João Del Rei.

Como ia dizendo, a Devassa não tem a lisura que os Autos aparentam. Ficou demonstrado, por exemplo, que Barbacena, Go-

vernador de Vila Rica, mandou falsificar depoimentos para proteger o riçoço João Rodrigues de Macedo.

O segundo aspecto igualmente discutível é o número de vítimas do grande terremoto que destruiu Lisboa em 1755. O mais renomado historiador lusitano, Damiano Peres, fala em 30 ou 40 mil, partindo da estimativa de 10 mil casas demolidas. Mas o autor da monumental História de Portugal, em seu sexto volume, não ousa avaliar a população da cidade, dando a entender que restou apenas a metade dos habitantes.

O jovem escritor mineiro supõe que era de 200 mil. (p.14)

Transformados os prejuízos inclusive edifícios públicos, igrejas, conventos e palácios -, em moeda corrente, calcula um outro escritor lusitano em "dez milhões de cruzados", acrescentando:

"... principalmente dos mineiros, gente de todas as riquezas, que eram os ricos da época. As perdas em tranços de casa, jóias e preciosidades deviam ser enormes. Desde o reinado de Pedro II - dá uma relação contemporânea - descobertas as minas do Brasil, tinha-se estabelecido em Portugal o luxo das mobílias. Cada palácio era um thesouro particular, de quadros, tapeçarias e outras riquezas. Supõe-se que os prejuízos, compreendidos os casos dos estrangeiros, alcançaram 1.800 milhões". (p. 145)

O eminente professor da História de Portugal na Universidade de Coimbra entusiasma-se com o "movimento universal da compaixão" provocado pela catástrofe de 1.º de novembro. Destaca a generosa oferta do governo inglês e exalta a contribuição da Espanha: "4 carros atoados de dinheiro". No entanto limita-se a uma vaga referência ao "magnífico filho do Brasil".

Em seu dicionário da terra e de gente de Minas, Waldemar de Almeida Barbosa revela os extorsivos tributos cobrados naquela época pelo colonizador, tais como:

- direito das entradas,
  - das passagens dos rios,
  - dos officios da justiça, dos selos dos papéis,
  - do subsídio literário.
- Além do quinto do ouro, os impostos incidiam sobre o pão, algodão, café, açúcar, fumo, toucinho, carne seca, sebo e aguardente.

Os "subsídios voluntários" eram geralmente cobrados para despesas de guerra e dotes de casamento. Entretanto, os mais pesados tributos foram exigidos durante dez anos para reconstrução de Lisboa. O prazo de contribuição foi sendo prorrogado durante quarenta anos. Explica o abalizado pesquisador mineiro:

"No governo do Visconde de Barbacena, em 1798, já as Câmaras não dispunham da força que antes desfrutavam; Barbacena nem se dignou convocar Junta. Simplesmente baixou uma portaria, declarando prorrogado o subsídio por mais dez anos" (Avaliação, ano de 1798, APM). (p. 86)

O contraste entre as informações fornecidas pelos autores nos dois continentes demonstra que a verdade histórica depende, às vezes, da orientação ideológica do estudioso, ora interessado em assegurar determinados documentos, ora empenhado exatamente em ocultá-los.

O contraste revela também que nem sempre o colonizador se conforma com a emancipação do colonizado...

## A cobiça pela Amazônia

Walter Pinheiro Guerra

Vem de longa data, o suspenso interesse das nações colonialistas pela portentosa Hiléia. Como os principais rios da Amazônia brasileira, pela clareza do marquêz de Fombal, já estavam devidamente guarnecidos pelas fortalezas por ele mandadas erigir. Os espanhóis tentaram invadir Roraima, pelos rios fronteirizos vindos da Venezuela, os holandeses e posteriormente os ingleses, pela Guiana, e os franceses, em Macapá, por mar e pelo rio Oiapoque.

Foi quando o grande estadista Fombal, em 1775, mandou erigir o Forte de São Joaquim do Rio Branco, na foz do rio Tacutu. Com essa oportuna providência, todos os rios amazônicos impediam incursões estrangeiras, que tentavam apossar-se da magnífica região, em nome de suas coroas.

Corajosamente, os portugueses e cidadãos já nascidos no Brasil, repeliram heroicamente aqueles invasores, defendendo a contra a cobiça internacional. Interessavam-se pelas drogas do sertão e outros produtos de alto valor comercial. De sua parte, aventureiros da mais variada procedência, já chegavam em busca de um Eldorado que jamais encontraram.

Soldados da fortuna, embrenhavam-se Amazônia a dentro, tangidos pela miragem de fortuna fácil e rápida. Com o passar do tempo, é forçoso reconhecer que, empiricamente, estavam com a razão. Vez por outra, a imprensa noticia a descoberta de depósitos minerais, os mais variados. Serra Pelada e Carajás são de nossos dias. Em 1975,

deparou-se na serra de Surucucú, com enorme reserva de urânio, em terras dos graciosos, pacatos e inteligentes Ianomanas. A cassiterita já era abundante, e em exploração por garimpeiros autônomos.

Na Câmara Municipal de São Paulo, assistimos palestras do ex-ministro Shigeaki Ueki, das Minas e Energia. Descoberta a colossal jazida do precioso mineral estratégico, o Ministério da Aeronáutica ocupou e interditou o local, retirando os garimpeiros. A presença de brancos inescrupulosos perturbam a pacífica vida indígena, aos quais agride de todas as formas.

Profeticamente, quando ministro do Planejamento do governo Castelo Branco, o senador Roberto Campos deixou frase lapidária: "O futuro da nossa Amazônia repousa sobre minérios, e não, na indústria agropecuária, como se vem fazendo, com incentivos da Sudam." O passar do tempo está a cobri-lo de razão. Durante o governo do prof. Arthur César Ferreira Reis, um dos maiores talentos e profundos conhecedores da Amazônia, onde nasceu, viu-se a braços com o mirífico projeto do Hudson Institute. A frente do órgão, Herman Khan, dado como futurólogo...

Propunha a formação de um imenso lago que, segundo ele, daria acesso navegável a nações vizinhas. Para tanto, seria inundado todo o baixo Amazonas, cobrindo várias cidades, inclusive a centenária Óbidos. Em face à fantástica proposta, o governo, pela voz do prof. Arthur Reis, patrioticamente rejeitou a absurda manobra.

Quanto ao extermínio de nossas tribos, o olvidado americano Theodor Koch-Grünberg, que conviveu com indígenas do norte do Amazo-

nas no princípio do século, vaticinou: "Os índios do Rio Branco estão próximos do fim. Os que escaparam da gripe, que exterminou malocas inteiras, vão agora ser liquidados definitivamente pelos balateiros, pelos garimpeiros de ouro, pelos catadores de diamantes. Acabou-se a ingenuidade alegre, acabaram-se as danças, o tukuli e as outras tolas, acabaram-se os alegres folguedos da criançada na praça da aldeia em noites de luar."

Ao mesmo tempo, fruto da ganância dos garimpeiros ou de poderosas indústrias extrativas de minérios, vão, aos poucos, sendo expulsos das terras em que habitam há longos anos. Dois órgãos, um governamental e outro de fundo religioso, não têm cumprido satisfatoriamente o papel a que se propuseram. Referimos à Funai e ao CIMI (Conselho Indigenista Missionário). Na verdade, só os irmãos Villas Boas conseguiram aglomerar e preservar índios do Brasil Central, de maneira pacífica e sem interferir em suas culturas e tradições.

Grande é o prestígio de Orlando Villas Boas entre nossos índios. De certa feita, em sua estada no Brasil, Jacques Cousteau desejou contar uma aldeia indígena. O tuxáua mandou dizer que só o receberia se viesse acompanhado de Orlando Villas Boas! Oficialmente, ele nada mais tinha a ver com o assunto de sua antiga tarefa. Pelo seu extraordinário e exemplar trabalho no Xingu, onde consumiu muitos anos de sua vida voluntariamente, o governo federal concedeu-lhe a ridícula pensão no valor de um salário mínimo!

Quanto ao CIMI, tem sido um fator de discórdia entre o

governo e os índios. Missionários de várias confissões religiosas disputam entre si a catequese de nossos irmãos das selvas. Violentam as centenas crenças religiosas dos viololas. Com essa política sectária, surgem as disputas. Cada um porfia por "salvar" maior número de almas, arrebanhando-as para o reino do Senhor... Com real oportunidade, disse Sérgio Buarque de Holanda no prefácio do "Livro do Tombo" do Mosteiro de São Bento de São Paulo, que, ao invés de inicialmente tornar índios em bons cidadãos, erradamente, pretendem transformá-los em anjos...

Em sua vivência de quase meio século na Amazônia, nosso distinto colega, dr. Durval de Araújo Gonçalves, que por largos períodos viveu entre tribos indígenas de Roraima, testemunhou a confusão que os ministros religiosos, sacerdotes e pastores, trazem à mente de criaturas ingênuas e letradas. Na ansia exagerada e fanatizada de arregimentar novos cristãos, geram disputas entre si, cada um afirmando que a religião que prega é mais verdadeira e correta. Que é a que mais agrada aos olhos de Deus.

Assim agindo, oferecem aos índios péssimos exemplos de desunião e discórdia, quando pregam a fraternidade que não existe, mesmo entre eles e suas setas. Disso resulta a desorientação entre aquelas criaturas primitivas e ignorantes. Findam na descrença da boa nova que lhes é impingida, voltando às suas crenças e ritos que herdaram de seus antepassados.

Em Roraima, é comum dizer-se que os pastores de fé protestante, na maioria norteamericanos, desembarcam de

seus próprios aviões empunhando a Bíblia numa das mãos, e o contador Geiger, na outra... Vale dizer que, empenhados em salvar almas, não descuram da exploração de minérios! Há a esse propósito o testemunho do tenente Koch, ex-oficial da Aeronáutica, que, reformando-se, retornou a Roraima, que já conhecia em vócos do Correio Aéreo Nacional. Quis ver de perto o que descortinara dos Ares. Corajosamente e desacompanhado, o loiro descendente de alemães, adentrou terras roraimenses. Correndo riscos sem conta, deparou com inúmeras pistas clandestinas de pouso, e, como militar e patriota, levou o fato ao conhecimento dos altos escalões da FAB.

Estávamos na década de 50, e não viu qualquer providência em face de sua denúncia. E a exuberante Amazônia brasileira de nossos dias permanece como alvo da cobiça internacional, o valioso patrimônio legado pelos seus heróicos descobridores pioneiros. Há muito ouve-se essa orquestração regida do Exterior. Frente à resistência que encontra do governo e habitantes da terra, fazem um intermezzo. Depois, voltam a insistir em suas inconfiáveis propostas.

Em repúdio a essas periódicas manobras sub-reptícias, o povo de Roraima proclama um significativo slogan: "Integrar para não entregar." No momento em que cobiçosos olhos internacionais viram-se para o nosso território amazônico, seria o caso de espalhar pelo Brasil inteiro referido distico, que reflete o real e patriótico intento que anima todo o povo brasileiro. Solidários com o Brasil, os países que integram o Pacto Amazônico, vieram em socorro de nossa Pátria, quando poderosas nações ameaçam nossa integridade territorial. A defesa da ecologia é um eufemismo. Através dos satélites de observação obtiveram o mapeamento de nossas riquezas minerais e florestais, que ambicionam possuir. Realmente, é o que vêm no pretexto de salvaguardar a ecologia do planeta. De posse da Amazônia brasileira, caso consigam, mas não daremos, não vacilarão em abocanhar o restante da Amazônia continental, que integra as demais nações do Pacto Amazônico. Este é o verdadeiro perigo que nos ameaça e também aos nossos vizinhos da imensa e rica região que tanto ambicionam: a Amazônia continental.

### DEPARTAMENTO CULTURAL

Carlos Alberto Salvatore - presidente

Anneliese R.F. Thon } Tertúlia  
Carlos Kleber Canova }

Cássio Ravaglia - Divulgação  
Guido Arturo Palomba - Biblioteca e Suplemento Cultural  
Heber Maia de Mattos - Música

Nélson Pedral Sampaio } Pinacoteca  
Wanda Gonda }